O ANTÍPODA DA URBANIDADE: A SEGREGAÇÃO

Confrontando o conceito de segregação com as situações reais do documentário *Limites Urbanos*

**1. Harlem, Nova York**: *homogeneidade social* (econômica, reforçada pela “etnicidade” marcada, o que pode implicar em padrões culturais reforçados e recriados) ↔ *homogeneidade objetal* (conjuntos habitacionais de mesmo padrão se reproduzindo *ad nauseaum*) ↔ *homogeneidade de atividades* (domínio absoluto do uso residencial) ↔ limites marcados (distinção forte entre o dentro e o fora) 🡪caso de segregação clássica, identificada à denominada guetificação.

**2. Beiruth, Líbano:** permanência tradicional de bairros cristãos e muçulmanos (com histórico de guerra civil recente); homogeneidade religiosa e social nas áreas mais fundamentalistas; homogeneidade cultural com certa diversidade econômica (o traço religioso é marcado de forma mais difusa, mais exposto a outras influências) nas áreas menos fundamentalistas ↔ diversidade objetal e de atividades 🡪caso de “segregação amena”, de separação cultural não radical (a todo momento), com espaços públicos comuns em desenvolvimento.

**3. Segregação em São Paulo:** aooperarmos com o conceito de segregação em São Paulo identificaremos situações análogas ao exemplo? Identificaremos situações que também podem ser caracterizadas como segregação?

* *Se conseguirmos diminuir um pouco a imprecisão que cerca o termo favela encontraremos uma segregação clássica; conjuntos habitacionais como os do Harlem também ( e o projeto Minha Casa, Minha Vida promete mais); e bairros segregados de gente de renda elevada também, isso de forma bem evidente.*

“Em geral a política de habitação popular no Brasil consiste em construir pequenos e opressivos apartamentos ou casas de baixo padrão tecnológico, sem senso estético, sem relação orgânica com a cidade, às vezes sem infraestrutura e longe de áreas comerciais e serviços públicos. Vários desses conjuntos são construídos em áreas ermas, cuja paisagem desoladora lembra antes uma colônia penal.”

(HATOUM, Milton. Moradia e (in)dignidade. In: *O Estado de S. Paulo*, 28/08/2011, p. C8)

* Mas, o simples mapeamento da pobreza e da riqueza não é uma certeza de áreas segregadas. Mesmo, em vários bairros periféricos (mais antigos, especialmente) há graus razoáveis de diversidade, o que é um indicativo anti-segregação. Nas periferias novas é mais provável situações de segregação.
* **Exemplo de segregação (bairros-jardins, o caso do Alto de Pinheiros):** Uma cidade que permite o avanço sem freios do mercado imobiliário

**Joanesburgo anotar alguma coisa:**

Pior, o que acontece em São Paulo tornou-se infelizmente um modelo de urbanismo que se reproduz país afora.

Não tem como sobreviver uma cidade que gasta milhões em túneis e pontes, em muitos dos quais, pasmem, os ônibus são proibidos. E que faz desaparecer seus rios e suas árvores, devorados pelas avenidas expressas. Nenhuma economia no mundo pode pretender sobreviver deixando que a maioria de seus trabalhadores perca uma meia jornada por dia – além do duro dia de trabalho – amontoada nos precários meios de transporte (agora, sabe-se, com a participação ativa de funcionários da própria prefeitura), que desfigura bairros inteiros para fazer no lugar de casas pacatas prédios que fazem subir os preços a patamares estratosféricos e assim se oferecem apenas aos endinheirados; prédios que impermeabilizam o solo com suas garagens e aumentam o colapso do sistema hídrico urbano, que chegam a oferecer dez ou mais vagas por apartamento e alimentam o consumo exacerbado do automóvel; que propõem suítes em número desnecessário, o que só aumenta o consumo da água; uma cidade assim está permanentemente se envenenando. Condomínios que se tornaram fortalezas, que se isolam com guaritas e muros eletrificados e matam assim a rua, o sol, o vento, o ambiente, a vizinhança e o convívio social, para alimentar uma falsa sensação de segurança.

Enquanto as grandes cidades do mundo mantêm os shoppings à distância, São Paulo permite que se levante um a cada esquina. Até sua companhia de metrô achou por bem fazer shoppings, em vez de fazer o que deveria. O Shopping Center, em que pese a sempre usada justificativa da criação de empregos, colapsa ainda mais o trânsito, mata o comércio de bairro e aniquila a vitalidade das ruas.

Esta é uma cidade onde há tempos não se discute mais democraticamente seu planejamento, impondo-se a toque de caixa políticas caça-níqueis ou populistas, com forte caráter segregador. Uma cidade em que endinheirados ainda podem exigir que não se faça metrô nos seus bairros, em que tecnocratas podem decidir, sem que se saiba o porquê, que o mesmo metrô não deve parar na Cidade Universitária, mesmo que seja uma das maiores do continente.

Mas, acima de tudo, uma cidade que acha normal expulsar seus pobres para sempre mais longe, relegar quase metade de sua população, ou cerca de 4 milhões de pessoas, a uma vida precária e insalubre em favelas, loteamentos clandestinos e cortiços, quando não na rua;

Em 25 de setembro de 1911 na cidade de Londres é fundada a *City of São Paulo*: *Improvements and Freehold Land Company Limited*, empresa imobiliária que iria operar na cidade de São Paulo. Em 03 de março de 1912, a *City* inicia seu funcionamento oficial no Brasil e, no ano seguinte, dá inicio a venda de terrenos e, por meio de gestões junto à prefeitura de São Paulo, consegue influenciar as leis pertinentes ao Código Municipal de Obras. Em 1931 a *City* já era a mais poderosa companhia imobiliária de São Paulo. Essas afirmações podem dar a impressão que as fontes das informações são obras críticas sobre a estruturação da cidade que denunciando a ação de grandes empreendimentos privados vergando os poderes públicos, corrompendo o Estado. Porém, curiosamente, a fonte usada é a própria SAAP, que publicou em julho de 1999 uma cartilha que relata essa história a frio e com certo orgulho (SAAP, 1999**,** p. 43).

Respeitaram-se as curvas de nível, áreas livres foram generosamente tratadas, distribuídas em praças e nos canteiros das avenidas. A arborização, as normas para execução de passeios e a ocupação dos lotes obedeceram aos padrões lançados pela companhia. Todas as exigências foram incorporadas à legislação municipal e adotadas no loteamento do Alto de Pinheiros (SAAP, 1999, p. 45).

Na cartilha afirma-se, num prenúncio do que viria ser em São Paulo a postura antiurbanidade, que o projeto do bairro de Alto de Pinheiros tinha uma essência: a qualidade de vida. Como uma dada concepção de qualidade de vida pode ser tratada de modo absoluto? Essa é apenas uma concepção de qualidade de vida, que se sustenta depreciando a qualidade de vida vivenciada no interior de zonas densas das cidades. Eis a voz da SAAP:

Apesar do traçado viário não repetir por completo o modelo sinuoso adotado nos Jardins para impedir velocidade demasiada dos automóveis, o dimensionamento generoso das vias, canteiros centrais, calçadas, terrenos e inúmeras praças, procura unir traços da vida urbana e rural (SOCIEDADE AMIGOS, data, p. 45).

Traços da vida rural definem bem o estilo do bairro que se organizou tal como manchas urbanas que se dissolvem no campo cuja concepção urbanística estabeleceu também baixa densidade na ocupação do bairro, reservando para ao comércio, exclusivamente local, algumas praças. Aí está a concretização possível dos subúrbios-jardim, diferentemente de cidades-jardins. A homogeneidade de funções que exige complementaridade constante com outras áreas, ao contrário das cidades-jardins concebidas para serem auto-suficientes.

Até 1976 a própria Cia *City* encarregou-se da fiscalização para a manutenção das características originais do bairro. Após, essa fiscalização transferiu-se para a municipalidade com base na Lei de Zoneamento. E os próprios moradores organizados em associações como a SAAP passaram a ajudar nessa fiscalização, conscientes da importância do espaço que habitam. O fato é que o Alto de Pinheiros é uma das Z1 mais bem preservadas e com intuito de garantir essa preservação no futuro a SAAP está atuando. Detalhando seus objetivos:

1. Discutir, analisar e criar soluções contra o trânsito intenso de veículos e o conseqüente aparecimento de corredores de tráfego, que acabam por prejudicar o uso residencial dos imóveis, incentivando seu uso irregular, com atividades comerciais e conseqüente poluição do ar, sonora e visual;
2. Denunciar e coibir os usos irregulares. Ser o elo entre os moradores e os organismo públicos, tais como a Administração Regional, a polícia e o Ministério Público;
3. Discutir e propor soluções para melhorar a segurança do bairro;
4. Conservar e ampliar as áreas verdes dos lotes, praças e jardins;
5. Pesquisar e divulgar a história do bairro, assim como a sua preservação urbanística;
6. Discutir, analisar e participar de projetos de intervenção urbana e melhoria da qualidade de vida no município de São Paulo.

Destaca-se que o primeiro objetivo é o combate à expansão automobilística, que incentivaria o uso comercial do bairro. Deve se ressaltar a consciência bem arguta sobre os malefícios que o automóvel produz. Isso num bairro onde nenhuma família possui menos do que 3 automóveis, que é algo a ser refletido tendo em conta o objetivo número 6, em que a associação, complacentemente, olha para fora da “ilha” e dispõe-se a colaborar para a melhoria da qualidade de vida na cidade inteira. Será que projetando o seu ideal de qualidade de vida, tratado como absoluto? Quanto aos outros objetivos é nítida a estratégia de reforçar as características do bairro (ampliação das áreas verdes) e de divulgação de seus predicados, antes de tudo, aos próprios moradores. Por fim, a associação busca uma articulação para poder ser mais ativa nas ações contra alguns problemas óbvios de segurança, visto o isolamento e a riqueza patrimonial instalada no bairro.

Densidades habitacionais muito baixas [1,5 moradia por 1000 m2] podem ser boas para subúrbios [...] Contudo, esse tipo de densidade habitacional ao redor da cidade é uma opção ruim [...] fadada a transformar-se numa área apagada. À medida que a cidade se expande, desaparece o caráter que torna esses semi-subúrbios razoavelmente atraentes e funcionais. À medida que forem engolidos e ficarem incrustados na cidade, perderão, sem dúvida, sua antiga identidade geográfica com subúrbios verdadeiros [...] Imersos na cidade e em seus problemas cotidianos, eles não possuem a vitalidade da cidade para enfrentar esses problemas (JACOBS, 2000, p. 231-232).

vontade de segregação

E é justamente nesse sentido que vai a admirável análise de Teresa Caldeira, em especial quando ela interpreta a “vontade de segregação” na cidade a partir da “fala do crime”.

O que estará na raiz dessa negação da cidade? Algo banal pode iniciar a discussão: o medo do contato, o medo do outro, com o desconhecido; no cotidiano esse tipo de contato só pode ocorrer nas cidades. Jane Jacobs é bastante minuciosa para demonstrar com se constitui nas grandes cidades a confiança, o antídoto para o medo de contato. Trata-se de um equilíbrio delicadíssimo que exige impessoalidade, respeito à cidadania e vigor do espaço público.

Sobre São Paulo, Teresa Caldeira tem a seguinte tese: enquanto a grande massa de trabalhadores pobres esteve isolada em suas periferias e pouco podia se queixar de sua condição (afinal vivia-se um período ditatorial que atuava contra os interesses do mundo do trabalho), os outros segmentos da cidade mantiveram-se passivos sem reagir a essa situação; mas quando a democratização conquistada no plano político introduziu os trabalhadores pobres em cena (inclusive nos espaço públicos da cidade) e eles passaram a reivindicar seus direitos de cidadania produziu-se o estranhamento. Essa novidade política combinada à crise econômica que avançará - com fortes repercussões na infra-estrutura da cidade, na condição de vida dos trabalhadores (em especial o desemprego) e no aumento da criminalidade - resultou num surto elevado de violência, atmosfera na qual os preconceitos mais incivilizados virão à tona e se transformarão em verdade absoluta. Nesse contexto será fertilizada a vontade de segregação social.

Essa vontade de segregação, que afinal vem se efetivando representa um retrocesso, ou enorme contradição, no processo de democratização do país. A essa dubiedade, esquizofrenia mesmo, Teresa Caldeira denomina democracia disjuntiva. Enquanto o estado de direito avança, em São Paulo esse avanço é tido como o responsável pelas mazelas da cidade, e nesse caldo de cultura os segmentos sociais privilegiados se “fecham em copas”, isolam-se em condomínios, criam sistemas de vigilância privada, arrasam o espaço público com a invasão automobilística e criam uma anticidade só para eles: a cidade de muros.

Não há como não se impressionar com esse diagnóstico que se expressa na “fala do crime”.

Eis a maneira pela qual a beleza dessas praças é defendida que um panfleto da SAAP traz explícita:

*“Aos Moradores e Freqüentadores da Praça Valdir Azevedo”*

*Todos conhecem a Praça Valdir Azevedo: ela é uma das maiores praças de São Paulo, uma vez e meia o Parque Trianon.*

*É um ponto de encontro para caminhadas, ginástica, ciclismo etc.*

*Precisamos resgatar a boa freqüência e o lazer diário das nossas famílias.*

*Ela é uma área densamente arborizada, numa situação privilegiada.*

*Mas a Praça encontra-se há algum tempo abandonada, mau freqüentada e perigosa.*

*Não podemos deixá-la deteriorar-se.*

*Unidos poderemos torná-la verde, limpa e bem freqüentada, como antigamente.*

*A SAAP – Sociedade Amigos de Alto dos Pinheiros – convoca você a participar da sua restauração.*

*Estamos organizando grupos de voluntários que queiram participar desse projeto e buscando patrocínio de empresas interessadas.*

*Se você tiver interesse em participar, queira, por favor, entrar em contato com a SAAP – Sociedade Amigos de Alto dos Pinheiros – através do telefone 3022-7286 ou Fax 3021-8643 ou e-mail* *saap@saap.org.br* *ou pessoalmente em nossa sede Praça São Marcos, 624 – sala 16 – Altos dos Pinheiros – CEP. 05455-050 – São Paulo – SP – Site: www.saap.org.br*

Os grifos são nossos.

Pode-se dizer de início que o fato de morar num bairro de uso exclusivamente residencial, e de tanto defender essa idéia de exclusividade, tenha confundido as percepções dos membros da Associação, quando reivindicam a praça para uso exclusivo, tal como o Parque Villa Lobos. Essa posição, em vista dos fundamentos que justificaram a construção do *Central Park* em Nova York significa uma regressão profunda e um ataque a urbanidade da cidade de São Paulo. Frederic Law Olmsted, o paisagista que concebeu o Central Park, tinha em mente criar um ambiente público e aprazível para que todas as pessoas diferentes da cidade se encontrassem e convivessem. O parque fazia parte do conjunto de medidas que visava integrar melhor o imigrante em Nova York. Essa política integracionista pressupunha uma melhoria sistemática do ambiente urbano, mediante a instalação de parques e áreas de recreio, que na opinião de Olmsted exerceria “[...] uma influência harmonizadora e refinadora [...] favorável à cortesia, ao autocontrole e à temperança” (HALL, 2002, p. 47). Os membros das associações de moradores dos subúrbios-jardim mal sabem que em se tratando de espaço público não há preferências.

O que está oculto nessas expressões (“mau” e “bem” freqüentada)? Não há quem não saiba. Afinal há uma familiaridade muito grande na cidade com a “fala do crime”: trabalhadores pobres, nordestinos, negros, adolescentes de outras famílias (não as “nossas famílias”), estranhos vindos de outros bairros, etc. são potencialmente perigosos e indesejáveis. É preciso selecionar e “melhorar” a freqüência.

Por que não reivindicam a melhoria da praça para todos os seus freqüentadores, venham de onde vierem e sejam quem for? Por que para a restauração da praça é tão importante a reforma nas instalações físicas quanto da composição dos freqüentadores? Eis a segregação grassando sem crítica e sem obstáculo. Isso num espaço público. Tomando-se como referência a organização do espaço que está sob o comando da iniciativa privada, compreende-se a violência dos sistemas de segurança de prédios, condomínios, agências bancárias, etc.

Gentrificação uma das alavancas da segregação: concepção mais celebrizada recentemente por Neil Smith A proposta deste trabalho é compreender e analisar o modo como, para este académico, a gentrificação é um processo de reestruturação urbana e de lutas de classe, um produto social de um modo específi co de produção, marcado pela reestruturação económica que é característica do capitalismo tardio e avançado, particularmente condicionado por um regime de acumulação de capital mais flexível, que lhe é subsidiário. Nessa concepção Assim, as modificações na produção e apropriação do espaço urbano estão sempre associadas às dinâmicas globais da economia, isto é, ao modo de produção capitalista subjacente, funcionando, em simultâneo, como uma forma de expressão espacial destas (talvez a mais importante e visível) e, também, como um dos meios que possibilitam a sua sustentação. À semelhança de Lefebvre (1974), também Smith nos seus escritos defende que cada sociedade, cada modo de produção, produz um espaço dominante, que lhe é próprio e que se sobrepõe a todos os outros. O espaço social (urbano) é produto e produtor de relações de produção e de reprodução de uma dada sociedade. Neil Smith insere-se indubitavelmente na escola de pensamento marxista quando procura expor e denunciar as injustiças e desigualdades sociais decorrentes das bases econômicas do funcionamento do modo de produção capitalista, reforçando a ideia de que as relações sócio-espaciais estruturadas pela gentrificação são reguladas pelas estruturas capitalistas e que se enquadram como meios de reforçar e reproduzir a riqueza e o poder da classe dominante, por via da exploração do trabalho da classe dominada. A mediação introduzida no espaço residencial urbano pela gentrificação, enquanto estratégia residencial específica, detém uma responsabilidade grande na fabricação de determinados padrões de diferenciação social do espaço urbano que, em última análise, reforçam a segregação sócio-espacial. A gentrificação é, por definição, um processo de “filtragem social” da cidade. Vem desencadear um processo de recomposição social importante em bairros antigos das cidades, indiciando um processo que opera no mercado de habitação, de forma mais vincada e concreta nas habitações em estado de degradação dos bairros tradicionalmente populares. Correspondendo à recomposição (e substituição) social desses espaços – tradicionalmente da classe operária/popular – e à sua transformação em bairros de classes média, média-alta – não se pode deixar de referir, por conhecimento deste processo de “substituição social”, o reforço da segregação sócio-espacial, que na sua sequência parece aprofundar a divisão social do espaço urbano (Smith e LeFaivre, 1984).

Smith (1996a, 2001, 2002, 2005) deixa claro que os projectos de regeneração urbana, que suportam a promoção ideológica da gentrificação, alimentam equívocos vários no que diz respeito às supostas intenções iniciais de reabilitação habitacional e integração/ fixação da população de menor estatuto socioeconômico já anteriormente residente nos bairros da cidade centro alvo de intervenção. De resto, nesses contextos, o *“filtering up”* que a gentrificação pressupõe – pelo processo de substituição social que implica, de classes de menor estatuto sócio-econômico pelas de maior – faz antever o acentuar dos traços de segregação sócio-espacial nas áreas onde o fenômeno tem lugar.

Um pressuposto marxista marca transversalmente todos os pontos dos contributos dos estudos geográficos críticos da gentrificação, levados a cabo por Smith: as relações espaciais e capitalistas estão articuladas dialeticamente. Se as necessidades de capital se manifestam no espaço, as mudanças espaciais manifestam-se nas necessidades de capital. A dinâmica dos ciclos de investimento e desinvestimento do capitalismo explica os estágios na construção do ambiente construído. Neil Smith (1979a, 1979b), no fi m dos anos 70, aplicou este princípio de forma inovadora e crítica ao caso da gentrificação, dando o mote para um salto teórico incontornável no estudo deste processo. Até então, a maioria da literatura apenas incidia nos efeitos da gentrificação: características sócio-econômicas e culturais dos “gentrifiers” enquanto migrantes, o desalojamento provado pela sucessão residencial, as iniciativas estatais de redesenvolvimento urbano e os benefícios para a cidade. Pouco esforço tinha sido feito para construir uma explicação histórico-política e comprometida com os então emergentes princípios da geografi a crítica e marxista, incidindo nas causas estruturais, em detrimento dos efeitos. Numa primeira fase de estudo da gentrifi cação predominavam análises descritivas e isoladas sem qualquer esforço de contextualização e de enquadramento teórico do processo.

Apresentando um carácter iminentemente empiricista, as investigações recaíam sobre estudos de caso que apenas focavam as transformações físicas e sociais em determinados bairros, entendendo-as como produto da ação de alguns indivíduos autônomos, não contemplando as diversas dinâmicas estruturais que a condicionam e que a moldam. Numa segunda fase do estudo da gentrifi cação destacou-se a importância da reabilitação urbana e as suas implicações ao nível dos usos do solo e da valorização fundiária que sucede aos processos de reabilitação (Smith e Williams, 1986). Numa terceira fase, a análise deste fenômeno centrou-se nas esferas da produção e do consumo. As explicações tenderam a dicotomizar-se, procurando, cada uma delas, privilegiar a supremacia de uma esfera em relação à outra no estudo do processo de gentrifi cação. Para Smith, e do ponto de vista da circulação do capital, os “booms” imobiliários aliados à gentrificação coincidem com a transferência do capital do circuito primário de acumulação (a esfera produtiva) para o circuito secundário (produção do ambiente construído) em épocas de excesso de liquidez e problemas de acumulação registadas no processo produtivo. À luz deste princípio, Smith procura explicar a reestruturação do espaço urbano como um processo intimamente ligado à própria reestruturação da economia capitalista, mais precisamente, aos ciclos macroeconómicos de evolução irregular que marcam o desenvolvimento das sociedades de capitalismo avançado. Segundo o autor, e à semelhança do pensamento de Harvey, o desenvolvimento do capitalismo resultou, em parte, na superprodução das comodidades geradas, o que provocou uma inevitável quebra dos lucros no domínio da produção e, consequentemente, uma crise no seu interior. Deste modo, na sua concepção, esta crise do capitalismo só conseguiu ser atenuada e superada por intermédio de novas oportunidades e de novas formas de canalização do investimento para setores que permitissem uma rápida e efi caz reprodução, designadamente, o imobiliário. Portanto, percebe-se que a partir do pósguerra, o capital se tenha passado a dirigir preferencialmente para o setor da construção, em detrimento do setor tradicional da produção industrial, gerando importantes recomposições na expansão e organização espacial da forma urbana (Gottdiener, 1985). O ambiente construído tornou-se o cenário de altos e baixos cíclicos no mercado imobiliário, com a existência paralela de deterioração e de superconstrução. Os dois fenômenos são produzidos pelo processo de construção na cidade sob relações sociais capitalistas e têm subjacente a ideia de que o crescimento urbano desigual é intrínseco à natureza capitalista de desenvolvimento. Inaugura-se, assim, um novo ciclo: o da valorização/desvalorização do espaço urbano nos mercados regionais de solo, com início do processo de suburbanização.